

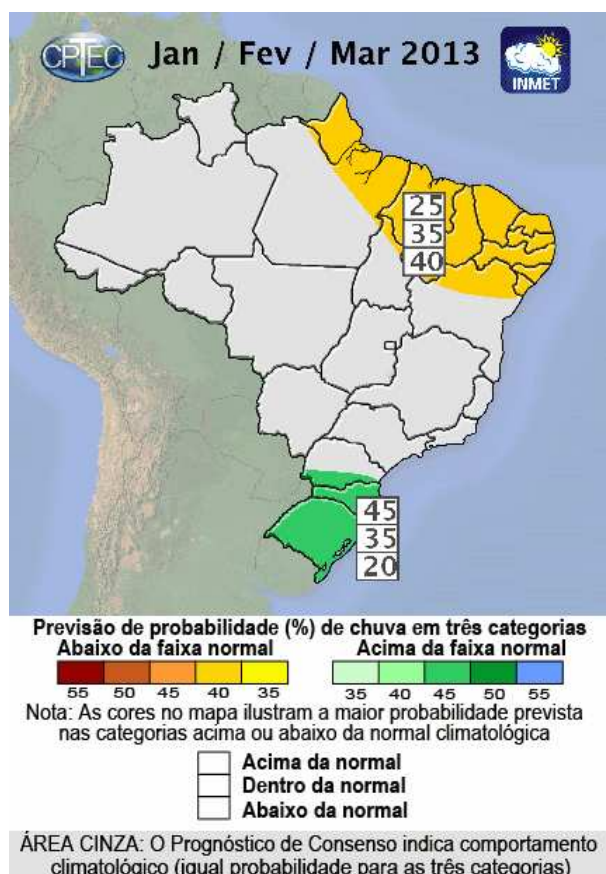


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 27 15/01/2013

1. Estiagem no Nordeste – Previsão climática para 1º Trimestre de 2013

O Grupo de Previsão Climática – GPC/CPTEC/INPE divulgou Nota Técnica sobre a previsão climática de consenso para o Brasil, após reunião de 18 de dezembro de 2012, referente ao 1º trimestre de 2013, pela qual as condições do Oceano Atlântico Tropical para o referido trimestre indicam padrão desfavorável para o regime de chuva da Região Nordeste do Brasil.



Segundo a Nota, as probabilidades foram atribuídas para as categorias acima da normal, dentro da normal e abaixo da normal, determinadas de forma objetiva para duas áreas do Brasil, utilizando um modelo matemático a partir de um conjunto de previsões (multi-modelo CPTEC/INPE e INMET) de diversos modelos estatísticos/estocásticos do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), que juntos formam o multi-modelo. A metodologia leva em consideração a série histórica da precipitação média acumulada na região de interesse, a anomalia de precipitação média prevista pelo multi-modelo e também a destreza histórica das previsões do conjunto de previsões deste multi-modelo.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Com base na metodologia utilizada e no diagnóstico das condições atmosféricas e oceânicas, a previsão climática por consenso para o trimestre de janeiro a março de 2013 considerou uma distribuição de 40% de probabilidade de ocorrência de precipitação na categoria abaixo da normal climatológica, 35% de probabilidade de ocorrência de precipitação na categoria dentro da normal climatológica e 25% de probabilidade de ocorrência de precipitação na categoria acima da normal climatológica para grande parte da Região Nordeste (exceto o centro-sul, leste e oeste da Bahia). Esta previsão também foi indicada pelas versões de outros modelos do país e do exterior.

O resultado da previsão climática divulgada pela Nota Técnica não tranquilizou os governos federal, estaduais e toda a sociedade. Os danos causados até o momento pela estiagem de 2012 são comparáveis aos maiores já registrados e a continuidade da seca pode levar a região a uma situação dramática pela falta d'água para o cotidiano da atividade humana, indústria, serviços e agropecuária, pois os reservatórios pequenos e médios estão secando e levando ao colapso o abastecimento de cidades e do meio rural. Diante do quadro, os governos federal e estaduais planejam ações de reforço àquelas já em execução.

2. Ações dos governos estaduais

Estiagem na Paraíba - II Reunião de Análise e Previsão Climática para o Norte e Nordeste

A Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa) realizou, no período de 17 a 18 de dezembro de 2012, a II Reunião de Análise e Previsão Climática para o Setor Norte do Nordeste do Brasil – Ano 2013. Foram analisadas as condições regionais da pluviometria e globais dos oceanos e da atmosfera, assim como os resultados de modelos numéricos de previsão sazonal, visando elaborar o prognóstico climático para o período de janeiro a março de 2013, sobre o setor Norte da região Nordeste do Brasil. Participaram meteorologistas dos Centros Estaduais de Meteorologia e, via áudio-conferência, de meteorologistas do CPTEC/INPE em Cachoeira Paulista/SP, INMET, assim como de usuários em diversos pontos do Brasil

O relatório final da reunião apontou que:

a) com as atuais condições oceânicas e atmosféricas e pelo consenso técnico, para o período de janeiro a março de 2013, a tendência é de que deverão ocorrer chuvas irregulares com padrões dentro da normalidade para cada região;

b) a evolução atual dos campos atmosféricos e oceânicos apresenta uma tendência favorável à melhoria da qualidade do período chuvoso a partir do mês de março. Todavia, ressalta que essa tendência dependerá exclusivamente das condições térmicas dos oceanos Atlânticos Norte e Sul;

c) o Semiárido nordestino tem como característica a alta variabilidade espacial e temporal dos índices pluviométricos. Isto significa que algumas localidades poderão receber uma quantidade de chuvas menores do que outras;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

d) a evolução atual dos campos atmosféricos e oceânicos apresenta uma tendência favorável à melhoria da qualidade do período chuvoso a partir do final de fevereiro e início do mês de março;

e) de acordo com a previsão de irregularidade das chuvas, os eventos de precipitações no início do período chuvoso não serão suficientes para a recuperação satisfatória das reservas hídricas dos açudes do Estado da Paraíba;

Quanto às perspectivas agrícolas, de acordo com o referido relatório, o início do período no Semiárido paraibano não garantirá a regularidade das chuvas, já que existe a possibilidade de ocorrência de curtos períodos sem chuvas, o que poderá trazer déficits hídricos à manutenção e desenvolvimento das culturas. É recomendado iniciar as práticas agrícolas dentro do quadrimestre mais chuvoso de cada região (fevereiro a maio para o Semiárido) e seguir o calendário e o zoneamento agrícola definido pelo MAPA.

Pernambuco - Fórum Permanente de Debate sobre a Seca

O Governo do Estado e entidades que integram o Fórum Permanente de Debate sobre a Seca, composto por representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (Crea-PE), do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), do Rotary Internacional, do Memorial da Engenharia, de Universidades Federal e Estadual de Pernambuco, da Academia Brasileira de Ciências Agrárias, do Sindicato dos Engenheiros, da Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos e da Secretaria de Agricultura realizaram encontro, em 17 dezembro de 2012, para o lançamento do I Fórum Permanente de Debate sob o tema "Seca, Ecologia e Futuro: consciência, compromisso e convivência".

A iniciativa da ação recebeu apoio do Governo do Estado, e tem por objetivo apresentar soluções técnico-científicas de convivência com o fenômeno cíclico da seca. O esforço conjunto deverá ser realizado com ações de prevenção, respostas às necessidades e de recuperação ambiental. Para isso, um grupo de trabalho está sendo criado para que, de forma permanente, o assunto seja debatido e as soluções implementadas não só em Pernambuco, mas por outros estados nordestinos que enfrentam o problema.

De acordo com dados apresentados no encontro, Pernambuco necessita de medidas emergenciais capazes de resolver os problemas apresentados no Semiárido que corresponde a aproximadamente 89% do território do Estado. Segundo a Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos, os poços de médios e pequenos portes secaram, apenas os de grande porte ainda resistem, sob constante ameaça do furto das águas para irrigação de plantações, acrescentando que está longe de se ter uma situação mais adequada de coexistência com o fenômeno.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Durante o lançamento, o Crea-PE convocou as instituições presentes a integrarem o grupo para que possam oferecer apoio técnico-científico a fim de minimizar o sofrimento da população sob os efeitos da seca, e fez referência à experiência desenvolvida pelo Crea-PE, com apoio do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), para prestar socorro às vítimas das enchentes que devastaram a Mata Sul em 2010, quando foram montadas equipes de profissionais que fizeram levantamento de centenas de imóveis danificados pela enchente.

A avaliação final do encontro foi considerada bastante positiva, permitindo a abertura de canais de diálogos com a sociedade para se chegar a um consenso quanto às melhores medidas a serem adotadas.

3. Nordeste - Mapa flexibiliza calendário de vacinação contra febre aftosa

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) flexibilizou o calendário de vacinação de bovinos e bubalinos contra febre aftosa nos estados com municípios em situação de emergência no Nordeste, devido à seca. Para isso, encaminhou nota técnica aos estados orientando os Serviços Veterinários Oficiais (SVOs) quanto ao procedimento nesses municípios.

O segundo ciclo de vacinação de bovinos e bubalinos contra febre aftosa começou em 1º de novembro. De forma excepcional, o Mapa prevê, para municípios em situação de emergência decretada, a prorrogação da vacinação por até 30 dias, de acordo com a necessidade, ou a suspensão temporária da aplicação da vacina, ficando os SVOs obrigados a enviarem nova análise da situação para apreciação do Departamento de Saúde Animal (DSA) até 15 de janeiro de 2013.

O Mapa ainda determina que as áreas em situação de emergência devem ser devidamente delimitadas. Estabelece ainda que seja proibida a movimentação de bovinos e búfalos sem a devida vacinação prévia, quando provenientes desses municípios e destinados a quaisquer aglomerações de animais, municípios com vacinação regular e outras unidades da Federação. Os SVOs dos estados são responsáveis por regulamentar e divulgar os procedimentos estabelecidos no âmbito estadual.

A medida foi tomada pelo Ministério da Agricultura considerando as condições epidemiológicas, informações sobre a seca, seus efeitos sobre os rebanhos, riscos de comprometimento dos índices vacinais e proteção dos rebanhos na segunda etapa da vacinação na região. Os efeitos da seca têm impacto direto na condição financeira dos produtores, bem como na nutrição e manejo dos animais, com fortes possibilidades de impactar também na cobertura vacinal.

A previsão do Mapa é de vacinar cerca de 150,5 milhões de bovinos e bubalinos ao longo desta fase no Brasil. A flexibilização do calendário de vacinação para os municípios em estado de emergência não gera risco para ocorrência da doença, consideradas às condições epidemiológicas atuais. O país está há seis anos sem registro de caso de febre aftosa e a maior parte de seu território é reconhecida como zona livre de febre aftosa, inclusive com boas perspectivas de avanços nessas zonas livres, envolvendo a região Nordeste e parte do Estado do Pará, em 2013.